

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO AGRONEGÓCIO EM IBIRUBÁ-RS

Luana Caroline Künast Polon

Mestre em Geografia, Especialista em Neuropedagogia, Especialista em Educação Profissional e Tecnológica e
Graduada em Licenciatura em Geografia
Professora Formadora - UNIPAMPA/UAB
E-mail: luanacaroline.geografia@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a relação entre os vários processos e agentes através dos quais o agronegócio transforma o espaço do município de Ibirubá, no Estado do Rio Grande do Sul. O estudo do caso em questão se estabelece através de revisão de literatura, análise de dados oficiais e resgate de discursos simbólicos, além do uso de recursos conceituais que permitem a compreensão da problemática apresentada sob o viés da Geografia. Instituições financeiras, educacionais, cooperativas, agroindústrias, empresas de insumos e maquinários agrícolas se constituem agentes envolvidos com a produção socioespacial do agronegócio no município. Os elementos de análise fornecem condições para compreender o caso do município gaúcho em seu contexto mais amplo, como parte de uma lógica do capital que tem se expandido pelo território nacional. As conclusões parcialmente encontradas apontam para uma articulação de múltiplos sujeitos e fatores na constituição de um território onde o agronegócio é um dos principais responsáveis pela produção socioespacial do município de Ibirubá no âmbito do contexto da região Noroeste gaúcha, constituindo-se como ambiente propício para a expansão das atividades que formam a cadeia produtiva do agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Ibirubá; Produção Socioespacial; Dinâmicas Territoriais; Agropecuária.

27

THE SOCIO-SPACIAL PRODUCTION OF AGRIBUSINESS IN IBIRUBÁ-RS

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the various processes and agents through which agribusiness transforms the space of the municipality of Ibirubá-RS. The study in question is established through literature review, analysis of official data and rescue of symbolic discourses, in addition to the use of conceptual resources that allow the understanding of the problem presented under the bias of Geography. Financial institutions, educational institutions, cooperatives, agro-industries, input companies and agricultural machinery are agents involved in the socio-spatial production of agribusiness in the municipality. The elements of analysis provide conditions to understand the case of the gaucho municipality in its broader context, as part of a capital logic that has expanded throughout the national territory. The findings partially found point to an articulation of multiple subjects and factors in the formation of a territory where agribusiness is a major contributor to the socio-spatial production in Ibirubá municipality within the context of the northwest region of the State of Rio Grande do Sul, establishing itself as enabling environment for expansion of activities that form the agribusiness production chain.

KEYWORDS: Agribusiness; Ibirubá; Socio-spatial Production; Territorial Dynamics; Livestock-Agriculture

INTRODUÇÃO

O agronegócio é um sistema complexo que envolve não apenas a área da produção (espaço rural), já que para que possa efetivamente existir, precisa do setor financeiro, aquele que fornece o capital de investimentos e expansão. Fundamental também são as indústrias de máquinas – bens de produção, biotecnologia e laboratórios de análises, bem como indústrias químicas para desenvolvimento de recursos agrotóxicos e fertilizantes. Estão envolvidos ainda no agronegócio os centros de distribuição e o mercado. Todos estes elementos formam a cadeia produtiva do agronegócio, fazendo com que este sistema complexo tenha pleno funcionamento. Desta forma, o agronegócio envolve plenamente as atividades no espaço urbano, promovendo uma relação entre ambos os espaços, rural e urbano, dinamizando a paisagem e as relações socioespaciais.

A região Noroeste Sul-Rio-Grandense, mais precisamente na porção denominada de Alto Jacuí¹, é uma região com relevo predominantemente plano, onde as atividades agropecuárias se destacam na paisagem. Ibirubá é um dos municípios gaúchos que está localizado nesta porção do Estado, e que hoje é um território do agronegócio. Sob os discursos de que “os imigrantes plantaram o legado do trabalho e da cooperação” e de que “Ibirubá nasceu da semente do pioneirismo”, o município atrai várias empresas do ramo do agronegócio, inclusive multinacionais. A escolha pelo município gaúcho em questão – Ibirubá – se justifica por seu papel integrador no contexto espacial diante dos municípios abrangidos pelo espaço entre as cidades de Cruz Alta e Carazinho, maiores e com maior influência na região.

O agronegócio dinamiza Ibirubá, constituindo-se como principal fonte de recursos municipais, inflando os valores de imóveis e aluguéis, financiando eventos na região, absorvendo as demandas por emprego no município, subsidiando a maior porção dos investimentos bancários, e motivando a implantação de novos cursos (técnicos e superiores) em instituições de ensino. Por conta do potencial do agronegócio no município, Ibirubá transforma-se ao longo do tempo em um

1 A definição de “Alto Jacuí” abrange os municípios localizados na região da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí, mais precisamente na porção centro-norte do Rio Grande do Sul. A definição de “Alto Jacuí” não consta atualmente no contexto da divisão regional do Rio Grande do Sul segundo o IBGE. No entanto, aparece em documentos mais antigos e que classificam a região em Mesorregião do Planalto Meridional do Rio Grande do Sul, e dentro desta uma das microrregiões sendo a Microrregião Homogênea Colonial do Alto Jacuí. Essa definição aparece em documentos da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas de 1971. O termo “Alto Jacuí” aparece nas publicações e documentos oficiais do Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí (COREDE Alto Jacuí), o qual é um dos 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. O polo do COREDE Alto Jacuí é a cidade de Cruz Alta, e ele abrange os seguintes municípios: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera (MESQUITA, 1984; PERES, 1985; RIO GRANDE DO SUL, 2017).

polo de integração regional², constituindo-se referencial para os municípios menores ao entorno, especialmente com relação à necessidade de mão de obra nos empreendimentos comerciais e industriais no município.

Há uma crescente necessidade de compreensão do papel do agronegócio no desenvolvimento de Ibirubá, especialmente no que tange ao papel dos vários atores envolvidos na dinamização destas atividades. Consideram-se agentes fundamentais neste processo as empresas ligadas ao setor, inclusive multinacionais, os órgãos oficiais, as instituições financeiras e de ensino, especialmente a presença do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. Além disso, para além do contexto atual, torna-se importante incorporar na compreensão do tema o contexto geográfico e histórico municipal. Os aspectos físicos da região de Ibirubá são propícios para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, com um relevo plano e um clima marcado pela distribuição regular de chuvas anual. Os fatores históricos somam neste sentido, pois Ibirubá já é constituída com esta visão positiva das atividades agropecuárias, a qual pode ser percebida nos discursos e documentos oficiais, que transmitem a visão de que Ibirubá nasce no pioneirismo, através de um povo trabalhador e cooperativo.

Soma-se a isso ainda a presença da antiga Escola Municipal Agrícola de Ibirubá, incorporada a Escola Técnica do Alto Jacuí em 2002, a qual foi federalizada em 2009, transformando-se em Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, onde são ofertados cursos de Técnico em Agropecuária para os alunos do Ensino Médio e Agronomia em Nível Superior. Além disso, cursos na área mecânica (técnico e graduação), que também possuem relação com as indústrias de maquinários agrícolas presentes em Ibirubá. Estes cursos são reflexos de uma demanda local, especialmente das empresas que atuam no município.

Compreender, portanto, a dinamização promovida pelo agronegócio em Ibirubá é um tema de interesse da Geografia, já que há uma produção territorial pautada no agronegócio no município. Este território que se constitui é fruto da relação entre os atores envolvidos, os discursos que

2 No site da Prefeitura de Ibirubá apresenta-se uma perspectiva de desenvolvimento municipal que aponta Ibirubá como crescente polo de integração regional, conforme consta: “Nestes anos de história, a comunidade ibirubense é desafiada a inaugurar um novo ciclo de progresso que, com certeza, consolidará o município como um **polo de integração regional** e a oportunidade para aqueles que quiserem trabalhar” (<http://www.ibiruba.rs.gov.br/site2016/turismo/historia.php>). Para o Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí, em nível de hierarquia urbana, as cidades que constituem a região têm como capital regional B a cidade de Cruz Alta, e como capitais regionais C as cidades de Salto do Jacuí, Tapera, Não-Me-Toque e Ibirubá. Além disso, Ibirubá é tratada como Centro de Zona A, entre os municípios de Cruz Alta e Carazinho, influenciando as cidades que estão compreendidas nesta região (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

historicamente se consolidaram, a presença de empresas de interesse no ramo do agronegócio e cursos em instituições de ensino voltadas para essa área e vem se firmando como base do desenvolvimento municipal, configurando a paisagem regional e as dinâmicas populacionais.

BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE IBIRUBÁ-RS

Ibirubá é um município brasileiro localizado no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na mesorregião Noroeste Sul-Rio-Grandense, e na microrregião de Cruz Alta. Ibirubá é um dos municípios da Região do Alto Jacuí, sendo que 100% do território municipal se encontra na Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí. O município tem seu território no Planalto Meridional do Brasil, segundo classificações geomorfológicas de Aroldo de Azevedo e Aziz Ab'Saber, enquanto na classificação de Jurandir Ross a região aparece na abrangência da unidade denominada de Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná.

Conforme as estruturas geológicas do território brasileiro, a região onde está o município de Ibirubá fica na Bacia Sedimentar do Paraná, a qual se formou no Fanerozoico, há cerca de 600 milhões de anos. O relevo existente na região é de planaltos em bacias sedimentares, e todo contato com as depressões circundantes é marcado pela presença de escarpas. As áreas de planaltos são especialmente importantes no contexto da produção agrícola, isso porque são terrenos relativamente planos, onde o uso de maquinários no cultivo é beneficiado. A modernização da produção no planalto gaúcho teve impulso a partir da década de 1970, contexto em que as mudanças promovidas pela Revolução Verde³ se fizeram sentir mais intensas no Brasil.

Os níveis de precipitação (chuvas) no município são elevados e bem distribuídos ao longo do ano. A vegetação original que recobre a região é a Mata Atlântica, caracterizada pela Floresta Subtropical com presença de Araucárias. O clima é o Temperado, caracterizado como Subtropical Úmido. O território municipal tem limites com os municípios de Santa Bárbara do Sul e Saldanha Marinho ao Norte; Colorado e Selbach ao Leste; Cruz Alta ao Oeste; e ainda Quinze de Novembro ao Sul. A altitude média do município é de 400 metros, e a hidrografia (rios) do município é

3 Mudanças no conceito de produção no campo, as quais tiveram início ainda na década de 1950 no México. A Revolução Verde teve como base um conjunto de ações tecnológicas empregadas na produção, as quais transformaram as práticas agrícolas que vinham sendo desenvolvidas até então. Essas mudanças promoveram um aumento expressivo da produção de alimentos no mundo. Algumas das ações promovidas pela Revolução Verde são o uso intensivo de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos na produção agrícola, bem como a intensa mecanização das atividades no campo. Estas mudanças impactaram profundamente a organização do espaço geográfico, bem como as relações agrário-urbano.

marcada pela presença do rio Jacuí e seus tributários, com destaque para o rio Jacuí-Mirim e o arroio Grande, ainda o rio Pinheirinho e os arroios Bonito e Manducaia, sendo que ambos fluem para o Jacuí-Mirim e o arroio Pulador.

No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2010, foram contabilizados 19.310 habitantes em Ibirubá, com uma densidade demográfica de 31,79 hab./km², dado acima da média nacional. A área da unidade territorial do município é de cerca de 610 Km². A religião predominante em Ibirubá é a Católica Apostólica Romana, seguida da Evangélica e demais denominações em menor expressividade. No site oficial do IBGE consta que a população estimada de Ibirubá, para o ano de 2019, seria de 20.350 pessoas, o que só poderá ser confirmado no próximo Censo Demográfico, que deveria ser realizado no ano de 2020. O gentílico municipal é o de ibirubense.

Antes de ser chamado de Ibirubá, o município gaúcho teve outros nomes, como Barão de São Jacob, quando ainda era uma colônia de povoamento desmembrada de Cruz Alta. Também foi chamado de Osório e General Câmara, quando, por fim, recebeu o nome que tem hoje, o qual, em Tupi-Guarani, significa “Pitangueira do mato”, que é uma espécie vegetal comum na região.

Ibirubá tem uma economia baseada na agricultura, com destaque também para a indústria e o comércio. É referência para os municípios menores ao entorno, e apresenta um elevado Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (0,765 em 2010), com registro de queda no índice de mortalidade infantil ao longo dos anos, bem como elevação da expectativa de vida ao nascer, o que representa um aumento da qualidade de vida da população local.

No turismo, destaca-se a presença da Casa de Cultura Osvaldo Krames, junto a Praça General Osório de Ibirubá, espaço público central no município, também o Monumento ao Imigrante, cartão postal municipal. Destacam-se também os eventos culturais, como as apresentações dos corais municipais. Ibirubá é um dos municípios que fazem parte de uma rota turística denominada de “Caminhos Rurais das Terras” através da “Rota das Terras Encantadas”.

Dois lemas aparecem com frequência em publicações e documentos do município de Ibirubá, que são “Os imigrantes plantaram o legado do trabalho e da cooperação” e “Ibirubá nasceu da semente do pioneirismo”. Estes discursos mostram a importância do trabalho dos colonizadores nas terras da região de Ibirubá, os quais eram principalmente imigrantes alemães e italianos. O cooperativismo é bastante presente no cotidiano de Ibirubá, assim como a inserção da produção em uma lógica do capital, com a presença de grandes empresas e instituições ligadas ao agronegócio.

AGRONEGÓCIO EM IBIRUBÁ-RS

O Agronegócio pode ser entendido como a soma de todas as cadeias produtivas em uma sociedade, as quais abrangem desde a produção e a distribuição dos insumos até a comercialização dos produtos finais. Em termos práticos, fazem parte do agronegócio atividades como o transporte, a armazenagem, o processo de industrialização e embalagem dos produtos, bem como a distribuição e comercialização do que foi produzido, tanto internamente quanto em outros países. O agronegócio relaciona-se a todo tipo de produção, não apenas no ramo alimentício. O agronegócio no Brasil tem como base o modelo de desenvolvimento norte-americano conhecido como *agribusiness*, termo que comumente é colocado em contraposição ao modelo de produção agrícola orgânico ou sustentável.

Uma visão sistêmica sobre o agronegócio o apresenta como inter-relação entre as instâncias produtivas, sendo elas a existência ou criação dos suprimentos necessários para a produção agropecuária; a atividade produtiva propriamente dita (extração, plantação); o processo de transformação ou beneficiamento; o acondicionamento e o armazenamento da produção; o transporte e a distribuição; o consumo e os serviços complementares ligados a este, como a própria divulgação dos produtos. O agronegócio consiste na integração vertical das atividades de produção, o que aparece muitas vezes na literatura como segmentos "antes da porteira", que consiste nos insumos utilizados na produção agropecuária; "dentro da porteira" – que é basicamente a produção agropecuária e "depois da porteira", instância também conhecida como pós-produção agropecuária, que abrange as demais etapas até o consumidor final (ARAÚJO, 2007).

Existem vários fatores presentes na dinâmica agro-urbano-industrial de Ibirubá ligados ao agronegócio. Pela presença de um relevo plano, no âmbito do Planalto Meridional do Brasil, facilmente se verifica que as propriedades rurais da região de Ibirubá são amplamente utilizadas para as atividades agrícolas, especialmente no que tange ao plantio da soja em escala comercial. As épocas de plantio e colheita dinamizam ainda mais a região, intensificando o fluxo de trabalhadores pelas estradas e movimentando a paisagem rural de Ibirubá e entorno.

Estão presentes no município de Ibirubá importantes cooperativas. No setor financeiro, além dos tradicionais bancos públicos, há representação do Sistema de Cooperativas de Crédito - SICOOB e da Cooperativa de Crédito Rural de Ibirubá – SICREDI. Ainda, há a Cooperativa de Energia/Geração e Desenvolvimento/Telecom - COPREL (antiga Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Alto Jacuí, fundada em 1968); a Cooperativa Agrícola Mista General Osório – COTRIBÁ (antiga *Genossenschaft* General Osório, fundada em 1911), que é a cooperativa do ramo agrícola mais antiga ainda em atividade no Brasil. Ainda, a Cooperativa de Pequenos

Agropecuáristas de Ibirubá – COOPEAGRI (criada no ano 2000 por pequenos produtores de leite); a Cooperativa Triticola Taperense – COTRISOJA (fundada em Tapera, mas atuante nos municípios da região, incluindo Ibirubá), dentre outras.

Ao mesmo tempo, compartilhando espaço com as cooperativas, estão as indústrias e empresas do agronegócio. Com destaque para a “Vence Tudo” fundada em 1964 (com o lema “Vence na planta, Vence na Limpeza da lavoura e Vence no rendimento da colheita”); a “INDUTAR Tecno Metal” (especialista em fabricação de peças e componentes metálicos para as principais multinacionais do agronegócio); a “Augustin & Cia Ltda” (fundada em 1926 em Não-Me-Toque, com filial em Ibirubá, representação da Massey Ferguson); a “AGCO - fabricante e distribuidora mundial de equipamentos agrícolas” (multinacional americana que atua em Ibirubá desde 2007). Ainda, a “Cereais Werlang” (criada em 1995, é uma empresa cerealista que atua com diversas soluções em agronegócios para os produtores rurais da região do Alto Jacuí); representação da Stara S/A Indústria de Implementos Agrícolas; “3 Tentos Agroindustrial”, que é uma companhia de defensivos e outros itens agrícolas; além de várias outras indústrias e empresas que atuam no fornecimento e manutenção de maquinários agrícolas e áreas correlatas.

O agronegócio em Ibirubá está relacionado também com o próprio desenvolvimento do município, especialmente na área da educação. Existia em Ibirubá a Escola Técnica Alto Jacuí (ETAJ), fundada em 2002, a qual antes era a Escola Municipal de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária. Já no ano de 2009, o Ministério da Educação – MEC, federalizou a Escola Técnica do Alto Jacuí (ETAJ) de Ibirubá, a qual passou então a ser uma unidade avançada do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, atuante no município até os dias atuais.

Naquela ocasião, houve uma parceria entre a Fundação Ibirubense de Educação e Tecnologia – FUNDIBITEC e a Cooperativa Agrícola Mista General Osório – COTRIBÁ, as quais doaram uma extensa porção de terras, que somada com mais uma grande área agrícola advinda do Ministério da Agricultura, formam o atual espaço ocupado para as atividades do IFRS-Ibirubá. Esta instituição de ensino é uma das responsáveis por formação de profissionais qualificados que atuam no agronegócio na região, especialmente por conta dos cursos de Técnico em Agropecuária (Ensino Médio), Agronomia (Nível Superior), Técnico em Mecânica (Ensino Médio e Subsequente), Engenharia Mecânica (Graduação), além de cursos na área de Informática, todos com potencial de absorção pelas empresas e indústrias do agronegócio regional, suprimindo uma demanda por qualificação de pessoal na área.

Com as condições físicas apropriadas para a produção de grãos, a região onde está localizado o município de Ibirubá foi construída sob o ideário de que a produção agropecuária é o elemento central do desenvolvimento econômico. Isso não é uma especificidade de Ibirubá, já que o Brasil é um país de base econômica agropecuária, especialmente no que tange à produção voltada para o comércio externo. No entanto, nem sempre foi desta forma em Ibirubá, pois apenas após a década de 1970, quando o agronegócio se transforma no motor propulsor da economia nacional, é que a produção se insere na lógica do capital. Os discursos do pioneirismo, tão presentes em Ibirubá, não previam a expansão do agronegócio, mas pautavam-se nas formas pelas quais houve a ocupação e o desenvolvimento local, com base nas pequenas propriedades policultoras, mantidas pelos imigrantes europeus e seus descendentes.

A semente do pioneirismo, com base na ideia do povo laborioso e cooperativo, não estava relacionada com a implantação da produção em uma escala industrial, mas sim às necessidades que havia no contexto da colonização, especialmente de sobreviver em um ambiente ainda pouco explorado, sem infraestrutura e serviços próximos, nem tampouco amparo de empresas ou indústrias naquele contexto. Era necessário que aquele povo fosse unido, cooperativo, solidário, para que todos pudessem sobreviver às dificuldades encontradas nas terras que estavam sendo ocupadas. Boa parte da ocupação do Rio Grande do Sul foi pautada em uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, bem como uma ampla diversificação de atividades desenvolvidas no âmbito destas.

Atualmente, a predominância em Ibirubá ainda é de pequenas propriedades rurais, sendo que no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2017, foram contabilizados em Ibirubá 1.213 estabelecimentos agropecuários, os quais somam 52.087,341 hectares de terras⁴. O uso destas terras é dividido em quatro atividades principais, que são as lavouras, as pastagens, as matas e florestas e os sistemas agroflorestais. A lavoura é dividida em permanente (frutas, como caqui, kiwi, laranja e noz pecã) e temporária (abóboras, alho, amendoim, arroz, aveia, batata, cana-de-açúcar, cebola, cevada, canola, feijão, melancia, mandioca, melão, milho, soja, sorgo, trigo, triticale). A predominância entre as propriedades rurais de Ibirubá é pelo

4 Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Estado do Rio Grande do Sul possui uma grande variação regional em relação ao tamanho das propriedades rurais. As maiores propriedades estão nas regiões da Campanha, Sul e Fronteira Oeste. Já as menores propriedades rurais estão localizadas na mesorregião Noroeste do estado, onde está localizado o município de Ibirubá. Da mesma forma, os agricultores familiares estão concentrados nas mesorregiões Noroeste e Centro-Oriental do RS. O Índice de Gini da estrutura fundiária 2012 do Estado do Rio Grande do Sul mostra que Ibirubá situava nos 0,521, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde a maior desigualdade na distribuição das terras (FEIX; LEUSIN JUNIOR; AGRANONIK, 2017 – MEDEIROS, 2012).

plântio da soja, quando das 1.213 contabilizadas pelo Censo Agro 2017, 1.005 praticavam o cultivo da soja. No ano de 2017 foi contabilizada uma colheita de 138.117,288 de toneladas do grão.

A pecuária também é expressiva em Ibirubá, onde foram contabilizadas propriedades com criação de bovinos, bubalinos, caprinos, codornas, equinos, galináceos, ovinos, patos, gansos, marrecos, perdizes, faisões e perus, além de suínos. A maior quantidade de animais é de galináceos (24.626 cabeças), seguido dos bovinos, os quais somavam em 2017 o montante de 24.524 unidades. A maior parte das propriedades rurais de Ibirubá emprega mão-de-obra familiar, de modo que 3.262 pessoas que trabalham no meio rural possuem laço de parentesco com o produtor, enquanto 315 pessoas empregadas no meio rural na ocasião do Censo Agro 2017 não possuíam laço de parentesco com o produtor. No Rio Grande do Sul como um todo, verifica-se que os agricultores familiares estão concentrados predominantemente nas mesorregiões Noroeste e Centro-Oriental do Estado.

O Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul do ano de 2017 (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, AGRANONIK, 2017) aponta que ao longo dos anos várias empresas ligadas ao agronegócio optaram por se instalar nas regiões do estado com maior potencial agropecuário, dentre elas a região que abrange o município de Ibirubá, o Noroeste gaúcho. Com a presença destas empresas houve a implantação de um aparato de apoio aos produtores, especialmente em relação aos prestadores de serviços especializados na área agropecuária e das instituições de ensino e pesquisa.

Os empregos formais nas áreas de interesse do agronegócio foram ampliados, como é o caso das indústrias produtoras de peças para maquinários agrícolas. O destaque quanto a geração de empregos formais está especialmente no período “pré-colheita”, o que envolve a produção de sementeiras e demais implementos voltados para o plantio direto e a agricultura de precisão. A oferta de recursos aos produtores que ampliem a produtividade sem que seja necessária uma ampliação do espaço de plantio, bem como a utilização de produtos nas variadas etapas da produção evitando que haja percas, tem dinamizado o mercado empregador da região, demandando cada vez mais pessoal com qualificação para lidar com as limitações produtivas que ainda possam existir.

No ano de 2017, segundo o Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul, Ibirubá ocupava o segundo lugar em criação de empregos formais no setor de fabricação de tratores, máquinas e equipamentos agropecuários, ficando atrás apenas de Panambi. Assim, apesar de concentrar as menores propriedades em extensão territorial no contexto do Estado (a Campanha, o Sul e a Fronteira Oeste apresentam propriedades de maior porte), a região Noroeste gaúcha, com destaque para o município de Ibirubá, apresenta expressivos índices de empregabilidade nas áreas ligadas ao agronegócio.

Entre os anos de 2010 e 2017, houve uma mudança no perfil da produção no Noroeste Sul-Rio-Grandense, quando o cultivo do milho teve um recuo expressivo no montante de produção do estado, enquanto a produção de soja na região cresceu, acompanhando uma tendência visível em todo o RS. “Entre 2010 e 2017, o acréscimo de área para o cultivo da oleaginosa na região foi de mais 300.000 hectares, enquanto a área de milho foi reduzida em aproximadamente 200.000 hectares. No Estado, nesse mesmo período, a área plantada de soja cresceu 37,5%, enquanto a de milho recuou 28,7%” (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, AGRANONIK, 2017, p. 23). Esse perfil é perceptível também no último Censo Agropecuário brasileiro, de 2017, quando a ampla maioria das propriedades rurais de Ibirubá tem a soja como base (1.005 estabelecimentos), enquanto o milho aparece em menor proporção (181 estabelecimentos).

Dentre os aspectos marcantes do agronegócio em Ibirubá, dois podem ser destacados, que são a presença da cooperativa do ramo agrícola mais antiga do Brasil atuando no município, que é a COTRIBÁ, bem como a COPREL, que é uma cooperativa que surgiu como uma demanda por energia elétrica rural em Ibirubá. Em 1911, na antiga Colônia General Osório, hoje município de Ibirubá, um grupo de agricultores optou pela construção de uma coletividade que defendesse os interesses dos produtores rurais daquele contexto. Foi naquela ocasião que estes fundaram a “*Genossenschaft* General Osório”, atualmente com nome de Cotribá - Cooperativa Agrícola Mista General Osório. Desde a ocasião, a Cotribá está presente em Ibirubá, vivenciando todos os momentos e mudanças no setor agrícola ao longo do tempo, especialmente quando a produção de soja ultrapassa o trigo na região, na década de 1970, fundando um novo momento do agronegócio em Ibirubá.

As demandas no campo aumentavam ao longo do tempo, e ainda na década de 1960 havia uma necessidade dos produtores rurais por energia elétrica no campo em Ibirubá e toda região do Alto Jacuí. Em um esforço cooperativo é fundada em 1968 a Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Alto Jacuí, atualmente chamada de Cooperativa de Energia/Geração e Desenvolvimento/Telecom – COPREL. Conforme o presidente da cooperativa no ano de 2013, “A energia elétrica transformou as propriedades rurais em indústrias produtoras de alimentos. Seja em grande escala ou em pequenas extensões de terra, todas as diferentes atividades são importantes na composição da cadeia produtiva do agronegócio” (Informativo COPREL, 2013, p. 06). O próprio lema do empreendimento é “A Energia que Transforma o Agronegócio”.

Ambas são instituições tradicionais no município e que tiveram ampliação de sua atuação conforme o agronegócio se implantava em Ibirubá, mesmo em contextos de sucessivas crises,

algumas delas causadas pelo próprio mercado, pelo clima e pelas mudanças nas políticas agrícolas. Desde pelo menos o ano de 1979 a produção de leite se tornou uma atividade secundária desenvolvida nas propriedades rurais de Ibirubá. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, Ibirubá está entre os primeiros lugares no estado do Rio Grande do Sul em produtividade de leite com 56.594.000 litros produzidos, oriundos de 9.175 vacas ordenhadas. A produção leiteira em Ibirubá é desenvolvida em propriedades de pequeno porte, com mão de obra familiar. Em 2017, a atividade foi responsável por um rendimento de R\$ 61.186.000 no estado.

A região Noroeste do Rio Grande do Sul, juntamente com o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Estado do Paraná formam a grande bacia leiteira do Brasil atualmente. Apesar disso, existem alguns aspectos limitantes para a expansão da produção leiteira no Brasil, como uma carência na qualidade (proteína, gordura e carboidrato) e na sanidade (brucelose, tuberculose, mastite) para que o produto brasileiro possa ser exportado. Desta forma, acaba havendo um excedente no estado, o qual é revendido para outros estados brasileiros (CITTOLIN, 2017). Na região de Ibirubá, mais precisamente no município de Cruz Alta, está uma das maiores cooperativas do Brasil na área de laticínios, a Cooperativa Central Gaúcha – CCGL, atuando com um dos mais modernos processos de fabricação de produtos lácteos da América Latina.

O cenário regional no qual Ibirubá está inserido possui características voltadas para a produção agropecuária, tanto para exportação, quanto para o abastecimento do mercado interno. Estão presentes vários agentes – políticos, financeiros, de formação, industriais e empresariais – que impulsionam as atividades regionais no campo e que constituem a base da produção socioespacial do agronegócio em Ibirubá-RS.

A CONSTITUIÇÃO SOCIOESPACIAL DO AGRONEGÓCIO

Se compreendido como o conjunto de atividades no âmbito de uma cadeia produtiva, o agronegócio esteve presente no território brasileiro desde sua ocupação pelos europeus, embora o conceito de agronegócio tenha se originado no termo *agribusiness*, o qual apareceu pela primeira vez na universidade de Harvard, em 1957, através dos trabalhos de John Davis e Ray Goldberg. As atividades de extração do Pau-Brasil, por exemplo, já se inseriam no que o conceito de agronegócio poderia inferir, seguindo-se posteriormente a mesma lógica a produção açucareira e demais ciclos produtivos pelos quais o Brasil passou.

No século XIX são sentidas mudanças no contexto produtivo brasileiro, quando produtos primários são inseridos na produção alimentícia, impulsionando o setor industrial emergente. Mas é

a partir da década de 1970 que o Brasil vivencia com maior expressividade a expansão das atividades ligadas ao agronegócio, especialmente com o processamento de produtos como café, soja, laranja e cana-de-açúcar e ainda a criação de animais. Os estímulos advindos das mudanças no cenário produtivo internacional, principalmente oriundos da Revolução Verde, modificaram a forma como a produção no campo se estabelecia. O contexto impulsionava a modernização das atividades no campo, especialmente com uso de maquinários modernos e defensivos agrícolas.

O estado do Rio Grande do Sul teve frentes de ocupação diferentes em suas várias regiões, embora com predominância da existência de pequenas e médias propriedades rurais. Atualmente o Rio Grande do Sul compete com o estado do Paraná a segunda posição em maior produtor de soja do país, ficando apenas atrás do estado do Mato Grosso. Os principais municípios produtores de soja no estado ficam na porção norte-noroeste do Rio Grande do Sul, onde se localiza Ibirubá. A estrutura fundiária da região norte-noroeste do Estado é resquício da expansão das áreas coloniais alemãs e italianas que primeiramente ocuparam a região no contexto das migrações. Com estes, estabeleceu-se uma produção diversificada baseada em pequenas propriedades, a qual parcialmente se perpetua, apesar de um cenário cada vez mais propenso para a produção de um único gênero agrícola para exportação, que é a soja.

Diante das evidências do papel de destaque do agronegócio na dinamização do espaço geográfico em Ibirubá-RS, cabem algumas reflexões de cunho teórico-conceitual. Um primeiro ponto a se ponderar é a tríade política-funcional-simbólica envolvida no contexto do agronegócio no município. A instituição e expansão de uma lógica do agronegócio em Ibirubá estão pautadas nestes três princípios, de modo que as instituições do agronegócio encontram abertura política para a implantação de suas atividades, sejam estas instituições de cunho financeiro, empresarial, industrial e mesmo educacional. Entende-se assim que o Poder Público local atua de modo a viabilizar essas implantações, tendo-se em vista os benefícios da dinamização, como a atração do capital.

O viés político se mostra presente através de atividades conjuntas entre o Poder Local, empresas e indústrias ligadas ao agronegócio em Ibirubá, como é caso da realização da Feira do Agronegócio, uma das atrações da Expoibi. Além disso, incentivos fiscais e melhorias estruturais incentivam e impulsionam as atividades no campo e na agroindústria. No âmbito mais abrangente, programas governamentais estaduais e federais subsidiam as atividades agropecuárias, como os financiamentos para a aquisição de maquinários e implementos agrícolas.

Como um exemplo disso, referencia-se o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES o qual apoia através de crédito os pequenos e grandes produtores, já que a agropecuária é responsável por aproximadamente 20% do PIB brasileiro. O BNDES financia a aquisição de tratores; equipamentos para irrigação; gastos do produtor até a primeira colheita ou safra; pecuária bovina de corte; formação/fortalecimento de pastos. Além disso, há também linhas de crédito voltadas para a agroindústria (BRASIL, 2020). O Crédito Rural do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, auxilia o produtor rural nas três etapas da produção: créditos de custeio, créditos de investimento e créditos de comercialização. Embora as políticas de subsídios brasileiros não sejam tão eficientes quanto as de países mais desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos⁵, há recursos pelos quais a agropecuária é impulsionada através da ação do Poder Político.

No entanto, apenas vontade política não é suficiente para que as demandas do agronegócio sejam supridas. Um segundo ponto desta tríade é a questão funcional, e que abrange, além de outras coisas, as condições físicas de Ibirubá, as quais são pontos relevantes para atração das atividades agropecuárias, sendo elas: um território com extensas áreas com relevo suave a plano, um Clima Temperado e com característica Subtropical Úmido, onde a temperatura média anual é de 17°C e chuvas bem distribuídas durante o ano todo, bem como a presença de importantes cursos d'água no âmbito da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí. Já os solos de Ibirubá, com predominância para os Latossolos e Neossolos, são profundos e propícios para as atividades agrícolas, com apenas correções a serem realizadas em relação à fertilidade.

Em um terceiro ponto da tríade, tem-se a questão simbólica. Ibirubá se desenvolve a partir da pequena propriedade policultora, com mão-de-obra familiar, pautada na ideia de que o pioneirismo foi o fator propulsor da ascensão do município e de seu povo. O cooperativismo e o labor estavam na base dos discursos, aparecendo em textos oficiais e símbolos municipais. O viés simbólico é instituído e historicamente nutrido, de modo que a população crie uma identificação com tal ideia. Desta forma, com a visão positiva já constituída das atividades agropecuárias,

5 Os Estados Unidos são hoje o maior produtor de soja do mundo, graças a medidas governamentais que impulsionam a produção. São as chamadas medidas protecionistas, através de subsídios agrícolas, o que permite uma maior competitividade no cenário internacional. Para o Brasil – segundo maior produtor de soja – é muito difícil competir com os Estados Unidos devido a estas intervenções protecionistas estadunidenses. Nos Estados Unidos a produção é feita através de zoneamento, o que permite que sejam aproveitadas as particularidades climáticas de cada região. Além disso, a agricultura com intensa modernização, bem como sistema de transporte intermodal. São medidas também a regulação da produção por demanda, investimentos em transportes e postos de armazenagem. O protecionismo agrícola dos Estados Unidos é feito através do programa “Farm Bill”.

apresenta-se uma nova perspectiva, principalmente a partir da década de 1970 (Revolução Verde), voltada para o aumento da produtividade através de práticas agrícolas inovadoras. Esta ideia é incorporada, especialmente com o impulso das cooperativas.

Com este pilar bem estruturado, permeado pelas relações econômicas, constitui-se um território do agronegócio em Ibirubá. Como território, na Geografia, entende-se uma porção do espaço geográfico permeado por relações de poder. O território do agronegócio é, no caso em questão, aquele onde as relações no campo são pautadas na lógica do capital, vinculadas aos preceitos do agronegócio. Desta forma, mesmo que predominem as pequenas e médias propriedades, estas estão inseridas num território onde as dinâmicas do agronegócio estabelecem as regras. A agricultura, a indústria, o mercado e as finanças neste território seguem uma organização onde o ponto central é o capital e cujo agente de propulsão é o agronegócio.

Este território, que é mutável, adaptável às condições históricas, é produzido a partir de um sistema dinâmico de objetos e ações, formando um ordenamento territorial voltado para o agronegócio. Altera-se a relação do social com o espaço, e mesmo com o tempo. A configuração das propriedades rurais se altera em menor ou maior grau em conformidade com cada momento, de modo que fatores como a crescente urbanização, as crises econômicas, rompimentos na sucessão da propriedade rural, dentre outros elementos, afetem a disposição das terras. Há uma tendência de incorporação das terras da pequena propriedade em propriedades maiores, formando os latifúndios que são comuns no Brasil. Apesar disso, em Ibirubá ainda há uma predominância da pequena propriedade rural de base familiar. Entende-se que a estrutura de propriedade familiar é aquela onde a família possui um papel estruturante na forma da organização da reprodução social no campo, não esgotando-se no tipo de mão de obra utilizada na produção (ABRAMOVAY, 1992).

O tempo do agronegócio não é o mesmo tempo da agricultura diversificada, de modo que há uma nova lógica temporal, onde o momento da semeadura e da colheita dinamizam de forma peculiar o município de Ibirubá e toda região. As alterações espaço-temporais estão incutidas na lógica das articulações socioprodutivas do agronegócio, subordinadas às necessidades e exigências do capital. O complexo agroubano-industrial cria uma dependência que dinamiza as relações sociais e comerciais de modo diverso daquele antes da produção voltada para o agronegócio. Comumente tinha-se o conceito de que a cidade dependia das atividades rurais para seu abastecimento (“Se o campo não planta, a cidade não janta!”), o que não deixa de ser uma verdade. No entanto, diante de um perfil de propriedades rurais cada vez mais voltadas para a monocultura, especialmente da soja, há uma redução das propriedades rurais locais que cultivam alimento, bem

como uma diminuição da quantidade de produtos diversificados cultivados (frutas, verduras, legumes) para o abastecimento de estabelecimentos comerciais. As lavouras permanentes ocupam apenas 17 hectares do total de 52.087, onde são produzidos gêneros alimentícios como caqui, kiwi, laranja e noz. Já as lavouras temporárias ocupam 38.712 de hectares, onde são colhidos cerca de 37.241 hectares de soja. Dentre as culturas temporárias estão ainda abóboras, mandioca, batata, aveia, cebola, cevada, feijão, milho, trigo, triticale, dentre outros.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006 mostram que houve uma diminuição da quantidade de propriedades rurais em Ibirubá até 2017. Se em 2006 eram 1.534 propriedades, em 2017 o número chegava a 1.213. Houve também uma redução na extensão de área ocupada pelas propriedades rurais, que em 2006 abrangiam 54.720 hectares, passando para 52.087 em 2017. Com menor número de propriedades rurais, entende-se que há mais pessoas vivendo nas cidades e consumindo os produtos cultivados no campo. Logo, intensifica-se o processo de dependência da cidade em relação a produção do campo, sendo que as demandas não supridas internamente são trazidas de outros municípios da região ou até de outras partes do país.

As relações no campo se tornam cada vez mais complexas e diferente do modelo clássico de relações campo-cidade. Exemplo disso é que o produtor não precisa ser dependente da agroindústria ou cooperativa existente no município em que está inserida sua propriedade, podendo escoar sua produção via transportes rodoviários, ferroviários e até marítimos ou aeroviários para áreas geograficamente distantes de sua propriedade. “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são suas relações, mais longínquo o seu alcance” (SANTOS, 2008, p. 61). Especialmente a partir da década de 1970 são estabelecidos novos modelos de relações campo-cidade, ampliando as relações socioespaciais antes contínuas para espaços agora contíguos. Nesse sentido, as relações do campo se expandiram para espaços distantes da cidade imediatamente mais próxima.

A atual produção socioespacial em Ibirubá está pautada na permanente dinamização dos fixos e fluxos relacionados ao agronegócio. Como fixos, neste processo, entendem-se os instrumentos de trabalho e as forças produtivas envolvidas neste sistema. Os fixos são, portanto, aqueles elementos que estão territorialmente localizados, como os próprios estabelecimentos rurais, as agroindústrias, centrais de recebimento da produção, as agências bancárias e cooperativas financeiras, as indústrias do setor metal-mecânico, empresas revendedoras de maquinários e peças agrícolas, instituições de formação de pessoal qualificado, dentre outros. Já os fluxos são mais complexos e difíceis de quantificar e qualificar, pois são os fluxos que transformam os fixos em objetos sociais. São os fluxos que dinamizam de fato o espaço, de modo que “a capacidade de

mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político e social” (SANTOS, 2008, p. 87), o qual é representativo dos fluxos. São os objetos (produtos do trabalho humano) e as coisas (naturalmente existentes) coexistindo dialeticamente e constituindo o complexo espaço do agronegócio em Ibirubá.

Todas estas dinâmizações que culminam na produção socioespacial do agronegócio em Ibirubá são oriundas das próprias transformações histórico-geográficas, econômicas, políticas e sociais vivenciadas ao longo do tempo pelas sociedades. Santos (2014) apresenta o conceito de meio técnico-científico-informacional, o qual elucida as mudanças na configuração do espaço em décadas recentes. Atualmente o mundo está vivenciando, em escalas de intensidade diferentes, uma nova forma de produção do espaço geográfico, a qual está pautada no fato de que “a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS, 2014, p. 238).

Atualmente os avanços técnicos não se restringem apenas as grandes cidades, mas alcançam também o meio rural, o que se faz presente principalmente através de produtos utilizados nas várias etapas da produção, como os fertilizantes e os defensivos agrícolas. Para que os objetivos do atual modelo de produção sejam alcançados, são necessários estudos e avanços também no meio científico, como em instituições de pesquisas, laboratórios, universidades e instituições de ensino, responsáveis pela criação de tecnologias, equipamentos e formação de pessoal qualificado para suprir as demandas do setor. Além disso, o campo informacional constitui-se como base fundamental dos processos sociais, permitindo que os fluxos se estabeleçam de forma cada vez mais fluida e viabilizando a inserção das tecnologias no meio produtivo rural.

No Censo Agropecuário do IBGE de 2006, Ibirubá contava com 1.189 tratores nas propriedades rurais, dos quais 969 tinham menos de 100 cv de potência, enquanto apenas 221 tinham mais do que 100 cv de potência. Já no Censo Agropecuário de 2017 foram contabilizados 1.562 tratores, 945 plantadeiras ou semeadeiras, 429 colheitadeiras e 663 adubadeiras ou distribuidoras de calcário. Nota-se que a produção agrícola de Ibirubá continua passando por um processo expressivo de modernização nas atividades, reflexo também dos programas governamentais de aquisição de máquinas agrícolas. Dos estabelecimentos, 732 aderiram aos empréstimos ou financiamentos para aquisição de maquinário. Com maior investimento em tecnologias, há um aumento da produtividade, mas conseqüente diminuição da mão-de-obra empregada na produção.

O campo brasileiro hoje é marcado pela complexidade de um desenvolvimento contraditório (desigual) e combinado, de modo que “ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança, produzindo relações especificamente capitalistas [...] produz também, contraditoriamente, relações camponesas de produção” (OLIVEIRA, 2014, p. 467). No caso da região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde está o município de Ibirubá, há uma predominância da pequena propriedade de agricultura, porém integrada a lógica do capital, produzindo para cooperativas ou agroindústrias inseridas no contexto do agronegócio. O que se tem verificado no caso brasileiro nas últimas décadas é uma priorização das culturas de exportação, com destaque para a soja, em detrimento das culturas de produtos alimentícios destinados ao consumo da população em geral. A maior parte da produção de alimentos no campo é feita pelos pequenos produtores com uso de força de trabalho familiar.

A mesma contradição que ocorre em relação ao tipo de produto, acontece também quanto ao uso de recursos nas atividades agrícolas. Há uma desigualdade em termos de força de trabalho utilizada, já que a maior parte da mão de obra empregada no campo está presente nas pequenas propriedades, preferencialmente policultoras. Enquanto a grande propriedade, geralmente produtora em sistema de monocultura para exportação, não possui uma expressiva empregabilidade no campo, justamente pela substituição da mão de obra humana pelos recursos tecnológicos, como maquinários modernos e sistemas automatizados. Estas contradições se expandem também para outros recursos da produção, como é o caso dos defensivos agrícolas, especialmente quando o produtor está vinculado a alguma empresa que forneça os pacotes de insumos.

Ibirubá, inserida nessa lógica da expansão do agronegócio pelo território nacional, não está imune às mudanças que ocorrem no setor, sejam elas influenciadas pelo contexto econômico ou político. Alterações em escala local podem ocorrer tendo-se como base acontecimentos naturais, os quais impactam positivamente ou negativamente a produtividade. No entanto, são os acontecimentos mais amplos que interferem de forma brusca na dinamização local, como a aprovação de novas legislações, a proibição ou liberação de alguns tipos de insumos agrícolas, como agrotóxicos, as negociações internacionais para exportação dos grãos, dentre outros.

Um dos exemplos mais clássicos dessa relação foi a recente greve dos caminhoneiros no Brasil em 2018, quando Ibirubá ficou profundamente impactada pela impossibilidade de escoar a produção, motivando, inclusive, um dos mais expressivos protestos daquele momento, quando um produtor local despejou 600 litros de leite na rodovia em frente aos caminhoneiros que protestavam. O ato desesperado do produtor rural de Ibirubá não é um fato isolado, mas demonstra o quão

interligados estão os elementos que constituem o agronegócio, de modo que quando há uma ruptura na dinamicidade da cadeia produtiva (no caso a paralisação dos caminhoneiros), toda cadeia produtiva é também impactada. A dependência do produtor rural em relação a este sistema é muito significativa, especialmente quando não há uma diversificação na propriedade, tornando a produção vulnerável a vários acontecimentos.

A suscetibilidade das relações no agronegócio está relacionada com o próprio processo de modernização das atividades no campo, de modo que, segundo Benjamin:

[...] Isso faz com que a agricultura moderna brasileira seja, ao mesmo tempo, muito produtiva e muito vulnerável. Pressionada pelos custos dos insumos que adquire no mercado, dependente do cálculo capitalista e integrada em complexos agroindustriais, ela se desorganiza com facilidade, ao contrário do que ocorria com o setor agrícola tradicional, muito mais autossuficiente. A vulnerabilidade da nossa agricultura moderna só desaparecerá quando ela aumentar sua conexão com um mercado interno pujante (BENJAMIN, 1998, p. 83).

Assim, entende-se que o moderno sistema produtivo, vinculado à lógica da exportação da produção, onde o produtor rural se torna dependente das regras internacionais econômicas e das exigências do mercado externo, mediadas pelas agroindústrias ou cooperativas, apresenta um expressivo grau de vulnerabilidade, onde quem mais sofre as consequências negativas de algum agravo, é aquele que está na base da produção, ou seja, o pequeno produtor agrícola. Com isso, diante de desequilíbrios do mercado, problemas políticos, rompimentos de acordos internacionais ou estabelecimento de novas conjunturas, surgem novas dinamizações territoriais do agronegócio localmente, como reflexos de um contexto mais abrangente.

Na prática, as mudanças no setor produtivo agropecuário também podem ser sentidas no conjunto das interações urbanas. A elevada produtividade e conseqüente bom faturamento estão diretamente relacionadas com o setor imobiliário. Isso é sentido com expressividade em cidades pequenas, já que parte dos ganhos da safra são revertidos na compra de imóveis. Um bom momento para os produtores rurais se reflete também na ampliação da venda de automóveis, bem como de maquinários e implementos agrícolas. Da mesma forma, uma queda na produtividade, se prolongada por maior período de tempo, tem o potencial de desestabilizar a economia local, sobretudo em cidades menores, impactando as vendas no comércio e reduzindo as negociações imobiliárias.

Atualmente, tem-se um cenário no qual a soja figura como elemento primordial da produção agrícola no Brasil, no auge das exportações, especialmente no que tange ao Noroeste gaúcho, onde está Ibirubá. No entanto, mudanças no setor produtivo podem ter grande potencial de modificar toda uma organização espacial, alterando fixos e fluxos, criando novos territórios e redes, e as mudanças

são suscetíveis de ocorrer, especialmente em tempos de recorrentes desequilíbrios econômicos mundiais e mudanças profundas na política em países centrais.

Os vários ciclos produtivos pelos quais o Brasil já passou atestam que há sempre certa vulnerabilidade em relação aos produtos que lideram no setor agroindustrial. Não raro encontram-se nos interiores do país estruturas industriais em ruínas e que antes serviam para recebimento, estocagem, beneficiamento e distribuição de produtos agrícolas que no atual momento histórico já não figuram com tanta expressividade a economia nacional. Exemplo disso são as mudanças na economia a partir da Crise de 1929, quando o Brasil sofreu impacto econômico por conta de ser muito dependente das exportações de um único tipo de produto, no caso, o café. Ao passo que as atividades econômicas de uma sociedade se alteram, as estruturas (fixos ou objetos) que davam base para estas atividades também mudam.

O Brasil figura hoje como segundo maior produtor mundial de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. E dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul figura como o terceiro em produção de soja, atrás do Mato Grosso e do Paraná. O Noroeste gaúcho, onde fica localizado o município de Ibirubá, é uma das áreas com maior produtividade de soja no estado, juntamente com as regiões Central, Fronteira-Oeste. Assim, o Brasil disputa com os Estados Unidos pela conquista de mercado consumidor para sua produção, especialmente em relação à China, maior comprador da soja mundial para produção de ração. No entanto, existem diferenças cruciais quanto à produção de soja no Brasil e nos Estados Unidos, especialmente no que tange aos subsídios agrícolas, impactando principalmente o Brasil com as medidas políticas e econômicas estadunidenses.

A organização do espaço agrário dos Estados Unidos é marcada por medidas protecionistas por parte do governo, visando potencializar a produção e a inserção do país nas principais negociações mundiais. Com isso, a produção no país é feita em sistema de zoneamento, aproveitando as particularidades climáticas de cada região, além disso, é utilizada uma elevada mecanização na produção agropecuária, com técnicas e equipamentos sofisticados. Destacam-se também os sistemas de transportes intermodais, bem como a regulação do mercado agrícola pela demanda internacional. Com isso, os Estados Unidos apresentam uma elevada competitividade, com base nos investimentos em transportes, armazenamento e subsídios aos produtores locais. Esse sistema é conhecido como “Farm Bill”.

Já a modernização no campo brasileiro aconteceu tardiamente e a expansão das atividades vem ocorrendo de forma predatória sobre os biomas, sem um adequado planejamento quanto às particularidades de cada área. Há uma contradição no campo brasileiro entre a pequena propriedade

rural e a expansão dos latifúndios, ambas ligadas ao agronegócio, mecanizadas e submetidas a modernos sistemas produtivos. As duas estruturas produtivas estão pautadas na produção para exportação, tornando exclusivo ou prioritário o plantio da soja, embutidas numa lógica do capital internacional. Assim, ambas estão também vulneráveis às mudanças no contexto da economia internacional, muito embora comumente o pequeno proprietário – embora tão ou mais produtivo do que o latifundiário – seja o que o mais sofre com as alterações no sistema produtivo, e conseqüentemente nas novas dinamizações territoriais do espaço.

Neste sentido, compreende-se que são as atividades desenvolvidas pelos seres humanos que condicionam as transformações espaciais, de modo que ao se alterarem as atividades produtivas (ações), modifica-se todo sistema de inter-relações socioespaciais (fixos e fluxos). Silva quando analisa a expansão da fronteira agrícola no Brasil, aponta alguns dos principais elementos que estão relacionados à constituição das espacialidades do agronegócio, sendo elas:

[...] expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de boias-frias), conflitos fundiários, modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc.) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão de obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial [...] (SILVA, 2007, p. 292).

Todos estes elementos estão intrínsecos a complexidade do agronegócio enquanto sistema que abrange não apenas a produção, mas toda cadeia produtiva e suas relações. Os fixos e fluxos do agronegócio estão presentes em Ibirubá e se relacionam a todo o momento com as dinâmicas do próprio município. São perceptíveis na paisagem que intercala o urbano e o rural, nos costumes, nas relações comerciais e financeiras, na formação de pessoal qualificado através de cursos específicos, na presença de agroindústrias e empresas ligadas ao setor, bem como nos discursos que colocam o pioneirismo como ponto central do desenvolvimento local. São estes os elementos que criam uma temporalidade específica no município, submetida às etapas do processo produtivo e que dinamizam a produção socioespacial vinculada ao agronegócio em Ibirubá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é um estudo preliminar sobre as dinamizações socioespaciais promovidas pelo agronegócio no município de Ibirubá, região Noroeste Sul-Rio-Grandense. As análises evidenciam a importância da cadeia produtiva no desenvolvimento regional, especialmente pelos investimentos e empreendimentos implantados na referida cidade, os quais se refletem inclusive no tipo de formação educacional priorizada pelas instituições locais. Nota-se que estão presentes os discursos

historicamente constituídos e que legitimam a importância do agronegócio na região, como a visão do pioneirismo e do povo laborioso que promoveu o crescimento de Ibirubá e região através da agricultura. Percebe-se ainda que há uma lógica de inserção dos pequenos agricultores locais na dinâmica do agronegócio, e que diferente de regiões do Brasil onde a produção se estabelece em grandes propriedades, em Ibirubá predominam as pequenas e médias, no entanto, com altos índices de produtividade.

A presença das cooperativas se destaca no município, tanto aquelas voltadas ao crédito e sistema financeiro, quanto as intermediadoras entre o produtor e o mercado consumidor da produção. A visão do cooperativismo esteve sempre presente ao longo do desenvolvimento municipal, na noção de solidariedade diante dos colonizadores, os quais necessitavam do auxílio mútuo frente às dificuldades enfrentadas nas novas terras, consolidando-se com a criação dos grupos cooperativos, estendendo-se até os dias atuais na figura de instituições que organizam e auxiliam os produtores nas intermediações necessárias frente ao mercado. Neste contexto, surgem e se legitimam as instituições de ensino, principalmente pela necessidade de formação de pessoas qualificadas ao trabalho, com a presença da Escola Municipal Agrícola de Ibirubá e posteriormente com a federalização da Escola Técnica Alto Jacuí, transformada em Instituto Federal do Rio Grande do Sul-IFRS. Ambientes de formação que trouxeram educação de qualidade e formação técnica e profissional para os moradores da cidade e da região. A presença de formação nas áreas agropecuárias e agrônômica levou pessoal qualificado para atuar no município e região, bem como projetos, eventos e formações que visam melhorar a produtividade local. Além disso, parcerias com empresas locais foram estabelecidas visando estudos de melhorias na área agropecuária em Ibirubá.

Ibirubá continua se desenvolvendo ao longo do tempo, tanto pelas atividades agropecuárias, quanto pela possibilidade de diversificação e fortalecimento do comércio local, bem como pela presença de fortes indústrias que mobilizam capital e empregam pessoas da região. O Produto Interno Bruto-PIB de Ibirubá em 2017 foi acima dos R\$ 904 milhões dos quais R\$ 182 milhões são oriundos da agropecuária, R\$ 105 milhões do setor industrial, R\$ 419 milhões da área de serviços e R\$ 98 milhões da administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social.

Apesar de ser ainda uma cidade pequena, Ibirubá é referência para alguns municípios ao seu entorno, especialmente pelas oportunidades de emprego⁶ e negócios nas empresas e indústrias

6 Segundo o IBGE, em pesquisa no ano de 2017, havia em Ibirubá 1.078 unidades de empresas atuantes, as quais empregavam 7.320 pessoas. Algumas das empresas que geram expressiva quantidade de empregos são: COPREL Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento; Indústria de Implementos Agrícolas Vence Tudo Importação e

loais. Os eventos, como a EXPOIBI - Exposição Feira de Ibirubá, Dia de Campo da Vence Tudo, Dia de Campo da União Agro Comercial, Dia de Campo Soja Cotribá substituída em 2020 pela Mostra Tecnológica Cotribá, dentre outros também de cunho regional, são possibilidades de ampliação das ações das empresas locais, bem como de firmar parcerias e atrair investimentos.

Assim, a partir dos discursos de que “os imigrantes plantaram o legado do trabalho e da cooperação” e de que “Ibirubá nasceu da semente do pioneirismo”, o município inseriu-se gradualmente no circuito da produção do agronegócio nacional, com destaque no Rio Grande do Sul pela produção expressiva em pequenas e médias propriedades, especialmente no que tange ao cultivo da soja. O contexto regional no qual Ibirubá está inserida é voltado para as atividades do agronegócio, com a presença de empresas, indústrias e cooperativas do ramo, bem como eventos voltados para os negócios agropecuários. Há uma lógica de ocupação do espaço em pequenas e médias propriedades, predominantemente de caráter familiar, embora voltadas para a produção de grãos para a agroindústria de exportação. Segue-se, neste sentido, a dinâmica imposta pelo capital na organização das atividades do agronegócio, produzindo-se relações socioespaciais que servem para estes preceitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BENJAMIN, C. *et al.* **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Coleção de Monografias Municipais. **Ibirubá – Rio Grande do Sul**. 1984. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/112/col_mono_ns_n389_ibiruba.pdf. Acesso em 18 fev. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. IBGE Cidades. **Panorama – Ibirubá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ibiruba/panorama>. Acesso em 18 fev. 2019.

Exportação Ltda; Cereais Werlang Ltda; COPREL Telecom; Indutar Tecno Metal Ltda; dentre várias outras. Em 2017 havia 36,0% da população de Ibirubá ocupada, com uma média salarial de 2,9 salários mínimos. No estado, Ibirubá ocupava a 63ª posição de 497 municípios em relação ao total de população ocupada em empregos formais.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades. **Censo Agropecuário 2017**. Ibirubá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ibiruba/pesquisa/24/76693>. Acesso em 27 mar. 2019.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES. **Agropecuária**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/agropecuaria>. Acesso em 23 fev. 2020.

CITTOLIN, A. C. SEBRAE-RS. **Perspectivas para a produção de leite no RS**. Disponível em: <https://sebraers.com.br/bovinocultura-leite/perspectivas-para-a-producao-de-leite-no-rs/>. Acesso em 29 mar. 2019.

COPREL (Ibirubá). **Informativo Coprel**: Outubro/Novembro 2013 no. 137, Ano 30. 2013. Disponível em: https://www.coprel.com.br/_uploads/informativo_web.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

COPREL (Ibirubá). **Informativo Coprel**: Dezembro 2012 / Janeiro 2013/ no. 132, Ano 30. 2012. Disponível em: https://www.coprel.com.br/_uploads/ok-informativocoprel_web.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

FEIX, R. D. ; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK, C. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul — 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201709/04134710-painel-do-agronegocio-do-rio-grande-do-sul-2017.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* **Território e territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

IBIRUBÁ. Prefeitura Municipal. **Município – dados**. Disponível em: <http://www.ibiruba.rs.gov.br/municipio-dados/>. Acesso em 18 fev. 2019.

IBIRUBÁ. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Maio/2014. Disponível em: <http://www.ibiruba.rs.gov.br/site2016/engenharia/2014/pmsb-ibiruba.pdf>. Acesso em 28 mar. 2019.

MEDEIROS, R. M. V. (Coord.). NEAG – Núcleo de Estudos Agrários. **Relatório 2012 – Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_rs_2012.pdf. Acesso em 22 fev. 2020.

MESQUITA, Z. P. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. **Ensaios FEE**, V. 5, N. 2, 1984. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/462/696>. Acesso em 21 fev. 2020;

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2014. p. 465-534.

PERES, L. L. Rio Grande do Sul: microrregiões homogêneas. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 13: 21-44, ago., 1985. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/37793/24380>. Acesso em 21 fev. 2020.

POLON, L. C. K. **Ibirubá - 64 anos de emancipação política e administrativa**. O Alto Jacuí - O Jornal da Comunidade - Edição 2298 - ano 44, Ibirubá, v. 2298, p. 2 - 2, 28 fev. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil Socioeconômico COREDE: Alto Jacuí**. Porto Alegre, novembro de 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134127-20151117100501perfis-regionais-2015-alto-jacui.pdf>. Acesso em 21 fev. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030: COREDE Alto Jacuí**. Cruz Alta, RS: UNICRUZ, 2017. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144152-plano-altojacui.pdf>. Acesso em 21 fev. 2020.

ROSS, J. L. S. Os fundamentos da Geografia da Natureza. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2014. p. 13-65.

SANTOS, M. *et al.* **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, M. *et al.* **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-312.

SOUZA, G. L. R. História do Agronegócio no Brasil. **Folha Acadêmica do CESG**, Número XIII, jan.-mar. 2017, p. 13-15. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica/article/download/353/476>. Acesso em 23 fev. 2020.

Recebido em: 16/05/2019
Aceito em: 07/07/2020